



EIXO 4 – ENSINO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO

**EDUCAÇÃO DO CAMPO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO
COMUNITÁRIO COMO TERRITÓRIOS EDUCATIVOS: UMA
EXPERIÊNCIA DE ELABORAÇÃO DE PROCESSO FORMATIVO**

Alberto Viana de Campos Filho
albertovcfilho@hotmail.com

Tatiana Ribeiro Velloso
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB
tatiana@ufrb.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa se propôs a estudar de forma integrada os territórios educativos da educação do campo, da economia solidária e do turismo comunitário. O problema da pesquisa foi responder como a educação do campo pode contribuir para o fortalecimento do turismo comunitário, praticado sob os princípios da economia solidária, pelos povos e comunidades do campo, das florestas e das águas? O objetivo geral foi pesquisar de que forma o turismo comunitário praticado sob os princípios da economia solidária pode ser abordado em processos educativos da educação do campo, a partir de uma proposta de intervenção, para jovens e adultos de povos e comunidades do campo, das florestas e das águas, educadores do campo e técnicos da assistência técnica e extensão rural-ATER. Teve como objetivos específicos apresentar um estudo que caracterizasse e inter-relacionasse os territórios educativos da educação do campo, da economia solidária e do turismo comunitário demonstrando seus vínculos, convergências e proximidades dialógicas e também apresentasse uma primeira aproximação de Projeto Político Pedagógico - PPP de curso de especialização nessas temáticas, inspirado no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Utilizou-se as técnicas de diagnóstico rápido participativo e de grupo focal como metodologias participativas e cooperativas, pesquisa bibliográfica e documental, registros fotográficos, notas de campo e observação participante. Conclui-se que atingiu os seus propósitos, respondeu ao problema e atendeu aos seus objetivos, apresentando um estudo que caracterizou e inter-relacionou os territórios educativos da educação do campo, da economia solidária e do turismo comunitário demonstrando seus vínculos, convergências e suas proximidades dialógicas, e apresentou uma proposta de um PPP de curso de especialização inspirado no PRONERA nestas temáticas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do campo. PRONERA. Economia solidária. Turismo comunitário. Territórios Educativos.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta elementos da pesquisa científica realizada pelo autor no âmbito do Mestrado em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB no Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo, tendo como orientadora a Profa. Dra. Tatiana Ribeiro Velloso, na linha de pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação. O produto do Mestrado foi apresentado e aprovado pela banca examinadora em 2016, na escola do campo Cosme e Damião da comunidade quilombola do Kaonge, em Cachoeira-Bahia.

Este artigo contemplou alguns aspectos do produto de mestrado como seus objetivos e metodologia utilizada, e nos resultados preliminares recortes do Projeto Político Pedagógico-PPP proposto, com pressupostos teóricos das categorias de análise, e outros que o caracterizam como um processo formativo da educação do campo inspirado no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA.

A discussão do tema da questão agrária brasileira tem relevância para os sujeitos coletivos do campo, das florestas e das águas e de suas organizações de apoio, e para todos que desejam um país mais justo e igualitário do ponto de vista social, econômico, ambiental, cultural e político.

O paradigma da questão agrária remete à existência do campo como espaço de vida e reprodução da vida, é tecido pelo campesinato, que compreende o conjunto de famílias camponesas existentes em um território, que vive e produz sob lógica diferente daquela presente no paradigma do capitalismo agrário, e que na sua diversidade insere-se uma multiplicidade de autodenominações como: quilombolas, povos das florestas, agroextrativistas, pescadores artesanais, assentados da reforma agrária, ribeirinhos, dentre outros (CARVALHO & COSTA, 2012). Nesta pesquisa, os sujeitos que tecem o campesinato brasileiro foram denominados como povos e comunidades do campo, das florestas e das águas.

Em que pese a contribuição do modo de vida e da produção familiar e artesanal desses sujeitos para a economia, para o meio ambiente, para a segurança e soberania alimentares, para a cultura, para a paisagem e para questões sociais e políticas, sempre predominou nos governos a opção pelo paradigma do capitalismo agrário de incentivo ao modelo exportador e produtor de *commodities*.

Em locais explorados pelo turismo convencional, os efeitos negativos do paradigma do capitalismo agrário se apresentam através de uma dinâmica territorial que inclui a especulação

imobiliária, a expulsão dos povos e comunidades tradicionais das suas áreas de moradia, circulação e trabalho, e pela apropriação da terra por grandes grupos empresariais internacionais, a desnacionalização do território, sob a mesma lógica do que acontece nas áreas dominadas pelo agronegócio.

O campo brasileiro é caracterizado por tensões e conflitos que atentam contra as condições mínimas da permanência e expansão dos sujeitos que defendem o paradigma da questão agrária. As soluções para essas questões perpassam dentre outras ações pela democratização do acesso e permanência na terra através da reforma agrária e da regularização de territórios indígenas e quilombolas, pelo fim do trabalho em condições análogas às de escravo, pelo fim da violência e criminalização de lideranças e ativistas dos movimentos sociais e sindicais do campo, pelo acesso universalizado à água e pelo provimento pelo estado de infraestrutura, assistência técnica e pela oferta de uma educação pública, universal e de qualidade.

Foi assim, partindo de iniciativas de educação não formal e fazendo o enfrentamento dessas ausências que os movimentos sociais e sindicais do campo veem construindo a educação do campo e conseguiram fomentar a criação e manter em funcionamento até hoje, mesmo diante de dificuldades, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA, como política pública de educação do campo.

Uma das conquistas do PRONERA foi a oferta de cursos de nível superior (graduação e pós-graduação) em diversas áreas do conhecimento. Mas ainda não alcançou áreas como aquelas voltadas para as atividades não agrícolas, como o artesanato, a produção cultural e o turismo comunitário, como pluriatividades, entendendo-se o campo e a agricultura na sua multifuncionalidade.

Na Bahia há mais de 40 comunidades envolvidas com a temática do turismo e que são beneficiárias potenciais do PRONERA, entre assentamentos, comunidades quilombolas e de reservas extrativistas, distribuídas em 15 territórios de identidade.

Diante dessa lacuna, essa pesquisa se propõe a unir em um mesmo estudo três campos do conhecimento ou territórios educativos afins a esses sujeitos: educação do campo, economia solidária e turismo comunitário, e responder ao seguinte problema: como a educação do campo pode contribuir para o fortalecimento do turismo comunitário, praticado sob os princípios da economia solidária, pelos povos e comunidades do campo, das florestas e das águas?

OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho foi de pesquisar de que forma o turismo comunitário praticado sob os princípios da economia solidária poderia ser abordado em processos educativos da educação do campo, a partir de uma proposta de intervenção, voltada prioritariamente para jovens e adultos de povos e comunidades do campo, das florestas e das águas, educadores do campo e técnicos da ATER que estivessem envolvidos com essas comunidades.

O primeiro objetivo específico da pesquisa foi de apresentar um estudo que caracterizasse e inter-relacionasse os territórios educativos da educação do campo, da economia solidária e do turismo comunitário demonstrando seus vínculos, convergências e suas proximidades dialógicas. O segundo objetivo específico foi de apresentar uma primeira aproximação de Projeto Político Pedagógico - PPP de curso de especialização nessas temáticas, inspirado no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, como proposta de formação continuada, que deverá ser ofertado pela UFRB em parceria com outras instituições.

METODOLOGIA

Como parte do percurso metodológico, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental em publicações científicas e aquelas de autoria dos fóruns e conselhos da economia solidária e fóruns da educação do campo e do turismo comunitário. Pesquisaram-se também projetos políticos pedagógicos de cursos do PRONERA e de especialização em educação do campo.

Como pesquisa qualitativa e pesquisa-ação e como processo dialógico e dialético procurou-se envolver as comunidades em todas as etapas da pesquisa. A abordagem de pesquisa-ação adotada neste trabalho baseia-se em Thiollent (2011), que a caracteriza como uma pesquisa que tem o caráter de ser realizada em estrita associação com a resolução de um problema coletivo, no qual o pesquisador e membros das comunidades representativos do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo, e onde serão produzidos conhecimentos, adquiridos experiências e contribuído para avançar o debate acerca das questões abordadas.

A inserção dos conhecimentos gerados nas comunidades nesta pesquisa deu-se primeiro no resgate de documentos de demandas de qualificação em turismo anteriormente apresentados ao INCRA, e não contempladas pelas políticas de educação do campo. O envolvimento das comunidades na pesquisa continuou com as etapas de campo, utilizando as técnicas de grupo focal e de diagnóstico rápido participativo – DRP - e registros fotográficos, notas de campo e observação participante no cotidiano dos sujeitos envolvidos, em atividades diárias e quando da participação em atividades lúdicas, produtivas e políticas organizadas pelos sujeitos pesquisados.

Em campo foi realizado o levantamento de demandas de temas a serem abordados em processos educativos de turismo, e também uma discussão com as comunidades sobre o seu papel como educadoras no curso de especialização proposto, pois parte dos componentes

curriculares deste curso será ministrado nessas comunidades e por sujeitos dessas, como detentores de conhecimentos em economia solidária e em turismo comunitário, complementando o conhecimento científico que será ministrado pelos educadores das universidades envolvidas.

As comunidades educadoras priorizadas neste estudo foram as comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape de Cachoeira (Território de Identidade Recôncavo), que protagonizam o Núcleo de Turismo Étnico de Base Comunitária Rota da Liberdade – NUTERLI, e um grupo de jovens e adultos dos assentamentos Baixão, Rosely Nunes e Europa, localizados em Itaetê (Território de Identidade Chapada Dimantina) organizados em torno da Associação de Condutores de Visitantes de Itaetê – ACVI.

Ambas as iniciativas apresentaram demandas de conhecimentos que em parte serão contempladas na proposta de pós-graduação a ser ofertada a partir dessa pesquisa, já havendo nessas comunidades pessoas formadas pelo PRONERA com nível superior, e técnicos do NEDET e da ATER que poderão participar do curso.

Definiu-se como categorias de análise desta pesquisa: territórios educativos, educação do campo, o PRONERA, a economia solidária e o turismo comunitário.

Foi priorizada a elaboração do PPP, a partir do roteiro regulamentado da UFRB e de elementos do Manual do PRONERA, observando-se os princípios da educação do campo, de respeito à diversidade do campo, de temáticas voltadas para o desenvolvimento e de articulação com o mundo do trabalho, do controle social pelos beneficiários, da convergência com as reais necessidades dos alunos, da formação de profissionais da educação, levando em consideração as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo e o potencial de interação do curso com as demais políticas do INCRA como o programa Terra Sol e o serviço de ATER.

RESULTADOS PRELIMINARES

Como resultados preliminares, chegou-se a uma primeira aproximação de um Projeto Político Pedagógico do Curso de Especialização em Educação do Campo, Economia Solidária e Turismo Comunitário, tendo no seu escopo no item de pressupostos teóricos, um estudo que caracterizou e inter-relacionou os territórios educativos da educação do campo, da economia solidária e do turismo comunitário demonstrando seus vínculos, convergências e suas proximidades dialógicas.

A proposta é que o curso seja ofertado com previsão de 30 vagas e tempo de integralização de 18 meses, com 510 (quinhentos e dez) horas, sendo 357 (trezentos e cinquenta e sete) no tempo universidade (aulas no campus e em campo) e 153 (cento e cinquenta e três) horas no tempo comunidade. As 357 horas de tempo universidade serão distribuídas em 9 unidades formativas de 5 dias (40 horas em média), realizadas a cada 2 meses.

O curso será direcionado prioritariamente para graduados em curso superior que sejam jovens e adultos de povos e comunidades do campo, das florestas e das águas, ou de suas organizações de apoio, técnicos da assistência técnica e da economia solidária e para educadores do campo que atuam nessas comunidades.

Os pressupostos teóricos que fundamentam esta proposta pedagógica partem da análise do significado de território educativo, posteriormente o de educação do campo e do PRONERA, em seguida da economia solidária e do turismo comunitário. Por fim apresentam-se alguns vínculos, convergências e proximidades dialógicas que foram identificados entre esses campos do conhecimento.

Para abordar a categoria território educativo, entende-se o campo a partir do paradigma da questão agrária, ou seja, o campo como território e não como espaço de produção de mercadoria. Busca-se entendê-lo como espaço de vida, ou como espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana como educação, cultura, trabalho, produção, organização política, como relações sociais constituintes das dimensões territoriais (FERNANDES, 2006). No campo, os territórios materiais e imateriais do campesinato e do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes classes e relações sociais e das propostas de educação, a primeira de caráter emancipatório e a segunda de caráter instrumental de preparação para a empregabilidade.

Segundo Fernandes (2008), um paradigma forma um território imaterial e o conhecimento é um importante tipo de território imaterial (território educativo), pois compreende a hegemonia sobre o processo de produção do conhecimento e suas interpretações, minando a ideia de neutralidade. Para ele, é impossível pensar os diversos territórios sem pensar os territórios imateriais, as pessoas e os grupos que pensam e formam esses territórios. Em todo processo há uma intencionalidade, sustentada em relações de poder que acaba por organizar o território material. Daí a importância de disputar a produção do conhecimento em educação do campo, economia solidária e em turismo comunitário à luz da visão emancipatória da classe trabalhadora.

A educação do campo, a economia solidária e o turismo comunitário são tratados aqui como Territórios Educativos: campos de estudo, práticas educativas e movimentos.

Para abordar a educação do campo e o PRONERA parte-se do processo histórico dessas categorias. A necessidade de uma educação voltada para os povos do campo com o direito de acesso e permanência na escola começou a ser pautada nos fins dos anos 1980 pela sociedade civil organizada, diante da ambiência de lutas democráticas que o país passava. Em 1997, o termo educação básica do campo surgiu do Primeiro Encontro Nacional de

Educadoras e Educadores da Reforma Agrária-ENERA, onde o MST e instituições parceiras, demonstraram a insatisfação com a falta de acesso a uma educação adequada aos povos do campo.

Depois de mais de 19 anos de muitos percalços com constantes recuos e ameaças de extinção de ações, programas e políticas estatais, a educação do campo continua avançando com uma produção teórica e prática consistente e sempre pautada pelos movimentos sociais e sindicais do campo. A educação do campo pode ser considerada para além de um território do ensino, pesquisa e extensão no âmbito das ciências da educação, um movimento de produção e socialização de conhecimentos populares e científicos construído pela luta dos movimentos sociais e sindicais do campo brasileiro.

A visão predominante do PRONERA nos fóruns da sociedade civil em torno da educação do campo é de que este programa foi criado e se manteve até hoje principalmente pelo protagonismo dos movimentos sociais e sindicais do campo e seus aliados, incluindo técnicos do governo e da assistência técnica e dos educadores das instituições de ensino, dentre elas as universidades. O PRONERA como política de educação do campo se opõe ao paradigma hegemônico da educação rural conforme ilustra Clarice Santos:

[...] o paradigma da educação rural cuja premissa parte da ideia de que a estes sujeitos basta um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, o que corresponde um acréscimo marginal de capacidade de produção, isolando-a de um processo mais amplo de condições de acesso ao conhecimento [...] (SANTOS, 2012a, p. 26).

Essa visão da educação rural é predominante quando se oferta uma capacitação na área de turismo e não atende às necessidades dos sujeitos do campesinato que praticam outra lógica de turismo.

A economia solidária pode ser considerada como um movimento de diversidade econômica e social, que embora se desenvolva sob o modelo de produção capitalista a ele se contrapõe como alternativa de relações de produção, compra, venda, poupança, troca e de socialização e construção de saberes, com base na solidariedade, na autogestão, na cooperação, na reciprocidade, na valorização da diversidade, da cultura e do meio ambiente. A economia solidária assim como a educação do campo tem o trabalho como princípio educativo, conforme ilustram Picanço e Tiriba:

No processo dialético de fazer, pensar, criar e recriar o mundo, também para os tecelões da economia popular solidária, o trabalho é o princípio educativo e, ao

mesmo tempo, uma das formas pelas quais, com a luta dos trabalhadores, é possível fazer germinar os embriões de uma nova cultura do trabalho [...] (2014, p. 29).

Os empreendimentos econômicos solidários – EES - no meio rural são predominantemente aqueles da agricultura familiar, associações e cooperativas, e que produzem mais alimentos e geram mais trabalho com uso de menos terra, do que as culturas do agronegócio, que são tidas apenas como mercadorias e com foco no lucro, ao contrário da agricultura familiar que representa, sobretudo a reprodução da sua própria existência. Alguns EES da agricultura familiar praticam o turismo comunitário.

Estudar o turismo comunitário no campo refere-se às questões da multifuncionalidade do meio rural e da pluriatividade do agricultor, que dedica tempo parcial à produção de alimentos, complementando sua renda e dedicando seu tempo a atividades não agrícolas como o artesanato, o turismo, as manifestações artísticas e lúdicas, sem prejuízo das suas atividades principais. Expressando essa importância no campo, a Via Campesina do Brasil o reconhece como uma das três diretrizes para a formulação de uma nova política agrária expresso no documento O Campesinato no Século XXI (VIA..., 2004).

O turismo comunitário é uma das múltiplas formas de realizar a atividade turística fora do padrão convencional hegemônico e do turismo de massa. Esses últimos são focados primordialmente na dimensão econômica de mercado capitalista, enquanto o turismo comunitário se propõe como uma alternativa, onde os segmentos populares com seus empreendimentos econômicos solidários são protagonistas e proprietários da atividade detendo autonomia nos processos decisórios e não exercem uma função subalterna junto aos atores da cadeia produtiva empresarial do turismo.

Como conceito em construção, do mesmo jeito que a economia solidária e a educação do campo, não há consenso sobre o que se denomina como turismo comunitário no Brasil. Uma concepção que se destaca é a da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário-TURISOL, que articula redes regionais, associações, cooperativas, universidades, organizações não governamentais e agências de viagens solidárias em todas as regiões do país. A Associação Projeto Bagagem, que gerencia a secretaria-executiva da TURISOL o denomina como a:

[...] atividade turística que apresenta gestão coletiva liderada pela comunidade, transparência no uso e destinação dos recursos e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local...e onde a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e há a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza... (PROJETO..., 2011, p. 19).

Podem-se citar alguns elementos que caracterizam o turismo comunitário: a propriedade e a autogestão comunitária, o associativismo, a cooperação, a solidariedade e o voluntariado; relação dialética na interação entre visitantes e comunidade, podendo promover melhores condições de vida para as comunidades visitadas e mudanças nas perspectivas de mundo por parte dos visitantes.

Conforme analisado na pesquisa os elementos priorizados nos três territórios educativos em estudo, ora mais, ora menos, apresentam vínculos, convergências e proximidades dialógicas pelas suas próprias especificidades, pelas semelhanças entre os sujeitos coletivos que os protagonizam e pelo processo sócio-histórico de construção dos mesmos, trazendo todos eles como matriz o trabalho associado.

Assim, foram identificados como características comuns entre os três territórios educativos: a autogestão coletiva, a solidariedade, a cooperação, a busca pela qualidade de vida dos envolvidos, a identificação dos seus sujeitos como os trabalhadores organizados, a iniciativa a partir dos setores populares e comunitários, a centralidade no ser humano e no trabalho e a valorização do modo de vida camponês e comunitário; a transversalidade com as questões de gênero, etnia, juventude e geração; além da necessidade de controle social e transparência no uso dos recursos, a abordagem e respeito à diversidade de culturas, a luta pelas políticas públicas (com participação direta nos processos decisórios de sua construção, execução e avaliação) e a preocupação com as questões ambientais.

Esses três campos focam a centralidade da vida humana e suas potencialidades, como diz Caldart com relação à educação do campo e este autor a estende à economia solidária e ao turismo comunitário: “[...] suas práticas reconhecem e buscam trabalhar com a riqueza social e humana da diversidade dos seus sujeitos: formas de trabalho, raízes e produção cultural, formas de luta, de resistência, de organização, de compreensão política, de modo de vida [...]” (CALDART, 2012, p. 262).

O curso de especialização aqui proposto visa contribuir para a formação de profissionais na área de economia solidária e turismo comunitário, qualificando-os em temas relacionados ao exercício de suas funções como técnicos da assistência técnica e extensão rural, educadores do campo e sujeitos dos núcleos de turismo comunitário e dos empreendimentos econômicos solidários das cadeias produtivas agropecuárias existentes nas comunidades, e de outras atividades não agrícolas diretamente relacionadas ao desenvolvimento do turismo, como o artesanato, a produção artística e cultural e a gastronomia.

A proposta pedagógica e metodológica do curso reflete o compromisso com a

organização dos trabalhadores do campo nas suas diferentes formas de vida e reprodução da existência. Tem a centralidade na questão agrária e no trabalho associado autogestionário, sobretudo no cooperativismo popular e no trabalho em rede, e utilizará a pedagogia da alternância, não só considerando tempos e espaços, mas a itinerância para propiciar que diferentes experiências de turismo comunitário e de economia solidária sejam conhecidas e vivenciadas pelos educandos e educadores.

O tempo universidade será dividido em unidades de formação que fundamentem a educação do campo na sua proposta originária, a economia solidária como forma de produção sob o modo de produção capitalista, mas com vistas à sua superação e o turismo comunitário como atividade contra-hegemônica ou como proposta de turismo alternativa ao modelo convencional e ao turismo de massa, atividade complementar e de fortalecimento das atividades principais das comunidades campesinas, e como elemento de fortalecimento do direito de permanência e de enraizamento no território.

No tempo universidade todas as unidades formativas são de cunho interdisciplinar, mas na busca da transdisciplinaridade (colaboração entre componentes e temas e um pensamento organizador maior que passe entre elas e vá além delas), na perspectiva da sua integração teórica e prática, e relacionada à realidade social das comunidades objeto de intervenção de cada discente, e das comunidades educadoras do curso.

O tempo comunidade será considerado como tempo de aprendizado dos educandos na sua própria comunidade, e entre comunidades que protagonizem diferentes elos da cadeia produtiva do turismo ou da economia solidária. Será também o momento de leitura, reflexão, sistematização e de intervenção de cada educando no seu espaço de atuação, seja escola, assistência técnica ou empreendimento considerando o princípio da *praxis*, com o acompanhamento pedagógico de um orientador de forma presencial e à distância.

Serão realizadas semestralmente atividades complementares de seminários internos e com convidados e estimulada a participação dos educandos em fóruns e conselhos como forma de exercício de incidência política e de contribuição técnica e científica das temáticas estudadas e dos conhecimentos construídos durante o curso.

A estrutura curricular é apresentada abaixo, em caráter preliminar, vez que ainda não foi constituído o colegiado do curso e não houve a seleção dos docentes.

| Unidade Formativa 1 EDUCAÇÃO DO CAMPO I | Unidade Formativa 2 EDUCAÇÃO DO CAMPO II | Unidade Formativa 3 ECONOMIA SOLIDÁRIA I | Unidade Formativa 4 ECONOMIA SOLIDÁRIA II | Unidade Formativa 5 ECONOMIA SOLIDÁRIA III |
|---|---|---|---|--|
| Questão Agrária | Pesquisa e Educação do Campo | Economia Solidária e Cooperativismo | Estudo de Viabilidade Econômica de Empreendimentos Associativos | Finanças Solidárias e Políticas Públicas da Economia Solidária |
| 34 h | 34 h | 34 h | 34 h | 34 h |
| Agroecologia e Assistência Técnica e Extensão Rural | Produção Textual | Movimentos Sociais do Campo | Tecnologias Sociais | Aspectos Jurídicos da Economia Solidária e do Cooperativismo |
| 34 h | 17 h | 17 h | 17 h | 34 h |
| 68 h | 51 h | 51 h | 51 h | 68 h |

| Unidade Formativa 6 – INTRODUÇÃO AO TURISMO | Unidade Formativa 7 – TURISMO COMUNITÁRIO I | Unidade Formativa 8 – TURISMO COMUNITÁRIO II | Unidade 9 – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO |
|--|--|---|---|
| Fundamentos do Turismo e Crítica ao Turismo Convencional | Turismo Comunitário-TC I | Fundamentos de Produção Associada ao Turismo aplicada ao TC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| 17 h | 34 h | 17 h | 68 h |
| Turismo, Campo e Economia solidária | Turismo Comunitário-TC II | Ecogastronomia | |
| 34 h | 34 h | 17 h | |
| 51 h | 68 h | 34 h | 68 h |

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que este trabalho constitui-se num dos produtos possíveis de tecitura entre educação do campo, economia solidária e turismo comunitário, considerando que são três áreas do conhecimento que ensaiam ainda seus primeiros passos como territórios educativos entrelaçados. Outros produtos podem ser construídos a partir de uma teia de conhecimento composta com os movimentos sociais e sindicais do campo, universidades e organizações governamentais e da sociedade civil, inclusive para atender as demandas de formação já postas por estes sujeitos do campo na Bahia, que não foram contempladas no PPP apresentado, como cursos de capacitação e cursos de nível superior específico de turismo, assim como, introduzir o tema em processos formativos da educação do campo nas áreas de ciências agrárias, ambientais e sociais.

Considera-se oportuna a ideia da implantação de um ambiente de pesquisa, inovação e extensão, que investigue esses temas, que possa desenvolver materiais didáticos apropriados a realidade dos povos e comunidades do campo, das florestas e das águas.

Conclui-se que esta pesquisa respondeu ao problema de como a educação do campo pode contribuir para o fortalecimento do turismo comunitário, praticado sob os princípios da

economia solidária, pelos povos e comunidades do campo, das florestas e das águas, atingiu aos seus objetivos, apresentando um estudo que caracterizou e relacionou os territórios educativos da educação do campo, da economia solidária e do turismo comunitário, demonstrando seus vínculos, convergências e suas proximidades dialógicas, e apresentou uma proposta de um Projeto Político Pedagógico – PPP - de curso de especialização inspirado no PRONERA, que vai de encontro a demandas de processos formativos apresentadas pelos sujeitos do campo envolvidos na pesquisa.

REFERÊNCIAS

- CALDART, R. Educação do Campo. In: ALENTEJANO, P. *et al.* (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Brasília, DF: Expressão Popular; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.
- CARVALHO, H.; COSTA, F. Campesinato. In: ALENTEJANO, P. *et al.* (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Brasília, DF: Expressão Popular; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.
- FERNANDES, B. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. (Org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. 152 p.
- _____. **Sobre a tipologia de territórios**. Presidente Prudente: [s.n.], 2008. Mimeografado. 20p.
- _____. **Manual de Operações do Pronera**. Brasília: MDA-INCRA, 2016. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/noticias/novo-manual-do-pronera-incentiva-inovacao-tecnologica-e-integracao-com-politicas-publicas>>. Acesso em: 19 fev. 2016.
- PICANÇO, I.; TIRIBA, L. Introdução. In: _____. (Orgs.). **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. Aparecida: Ideias & Letras, 2004. 298 p.
- PROJETO BAGAGEM. **Semeando o turismo comunitário pelo Brasil**. São Paulo: Projeto Bagagem, 2011. 29 p. (Série Turisol de Metodologias – Turismo Comunitário – Parte 1).
- SANTOS, C. **Educação do campo e políticas públicas no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais do campo na instituição de políticas públicas e a licenciatura em educação do campo na UnB**. Brasília, DF: Líber Livro; Faculdade de Educação/Universidade de Brasília, 2012. 202 p.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18.ed. São Paulo: Cortez, 2011. 137 p.
- VIA CAMPESINA DO BRASIL. **O campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Curitiba; Brasília: 2004. Mimeografado. 324 p.